

ENSINANDO GEOGRAFIA E APRENDENDO A CONHECER O MUNDO

Eixo temático: 2 – Educação Geográfica

Prof.^a Dr.^a Evelyn Monari Belo

Claretiano – Faculdade – BRASIL (Rio Claro, SP)

evelynmonari@yahoo.com.br

O título sugerido para o trabalho a ser apresentado neste respeitoso evento é convidativo. Tomando como fundamentação sua prática simultânea entre a docência exercida no Ensino Fundamental e o Ensino Superior diretamente com a formação de professores, a autora se propõe a apresentar um trabalho que permita ao leitor e também ao observador perceber-se como agente do espaço geográfico numa perspectiva que, contrariando a história da educação formal em diferentes países, torna a Geografia uma disciplina extremamente dinâmica, capaz de promover a interdisciplinaridade na realização do trabalho pedagógico. Neste sentido, os objetivos concretizam-se na possibilidade de se demonstrar de que maneira podemos inovar à medida em que temos a possibilidade de oferecer condições de um ensino de qualidade através da percepção do espaço geográfico, ou seja, do meio no qual estamos inseridos. A escola, enquanto instituição social e formal nos permite práticas que, por vezes, passam despercebidas. Mesmo submissos ao exercício de grades curriculares que sempre são consideradas o elemento que direciona e determina a prática pedagógica, não podemos desconsiderar que somos professores e, por este motivo, nossa atuação é decisiva no desenvolvimento do aluno que pode ou não se tornar verdadeiramente um cidadão a partir do que oferecemos. Como metodologia é proposta uma discussão a partir de relatos da prática pedagógica da autora, também autora (organizadora) de livro que aborda esta temática e, portanto, docente que tem em sua prática a oportunidade de estabelecer canais de discussão pelo fato de formar futuros professores. Uma das primeiras considerações a ser realizada neste resumo nos propõe a concordância com a necessidade de formação de uma base fortalecida. No entanto, não podemos verificar nesta base apenas a figura do aluno, pois a verdadeira base a ser formada se resume na formação do docente que atuará nas diferentes etapas do processo de escolarização.

PALAVRAS-CHAVE: Geografia. Ensino. Prática pedagógica. Formação de professores.

A Geografia é uma disciplina de extrema importância em qualquer fase de desenvolvimento do educando. No entanto, algumas considerações são extremamente necessárias quando nos colocamos à disposição do trabalho pedagógico.

É muito comum nos encontrarmos diante de situações inadequadas em sala de aula. Inevitavelmente, professores são tomados pelo desânimo e, assim, contagiam os alunos com essa apatia e promovem, inconscientemente, uma realidade que torna a transmissão do saber geográfico algo desagradável e desnecessário.

As aulas assumem uma condição de insignificância simplesmente incontrolável e, neste sentido, o caos do ensino impera nas relações expressas entre professor e aluno. Resultado final: professores desmotivados, alunos desinteressados e ensino fracassado.

Como primeira análise desta trágica situação, a necessidade exprime de forma ardente a busca incessante pela formação docente adequada e capaz de atender a esta situação. É necessário que os professores estejam preparados para enfrentar o descaso dos alunos e demonstrem a todos que a escola ainda é um local capaz de promover situações interessantes e prazerosas, e que aprender ainda é a melhor fonte de conhecimento.

Atuando como professora na formação de crianças no Ensino Fundamental e, simultaneamente, na formação de professores no curso de Pedagogia (Ensino Superior), tenho a oportunidade de analisar o que pratico nas duas vertentes. Então, procuro sempre realizar uma análise de minha prática pedagógica procurando responder a seguinte questão: *“Será que minha prática pedagógica com as crianças corresponde ao que ensino para os futuros educadores no Ensino Superior?”*

Diante de tal questionamento, uma resposta inicial pode ser encontrada com facilidade nas falas de muitos professores: *“ – Precisamos investir na base!”*

E, na condição de educadora, volto a me questionar: o que é a “tal” base?

Em meu entendimento, a “base” é o professor, e não o aluno das séries iniciais do Ensino Fundamental.

Tomando como referência os Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 1997, p. 103), verificamos que:

A produção acadêmica em torno da concepção de Geografia passou por diferentes momentos, gerando reflexões distintas acerca dos objetos e métodos do fazer geográfico. De certa forma, essas reflexões influenciaram e ainda influenciam muitas das práticas de ensino. Em linhas gerais, suas principais tendências podem assim ser apresentadas.

Uma grande exigência da atualidade para modificarmos esta difícil situação do ensino brasileiro encontra-se na adoção da prática pedagógica interdisciplinar.

Sabemos que a interdisciplinaridade é, acima de tudo, uma visão inovadora e necessária.

Nessa perspectiva, o trabalho pedagógico alça novos rumos, sobretudo quando nos encontramos diante das dificuldades que configuram a ineficiência do trabalho docente. Considerando a importância da formação do professor, é possível confirmar falhas nas reflexões de Souza apud Pontuschka e Oliveira (2010, p. 261), ao relatar o trabalho preparatório com profissionais da educação:

[...] não consideramos que os momentos de trabalho com nossos alunos no curso superior também tenham sido proveitosos na formação de uma postura interdisciplinar, em face da própria estruturação curricular do curso de Geografia. [...]

Em linhas gerais, as falhas que caracterizam a insuficiência do sistema de ensino são manifestações expressivas em quaisquer situações de aprendizagem bem como em quaisquer disciplinas. Porém, quando consideramos a disciplina Geografia, temos em mãos uma área do conhecimento abrangente e própria, pertinente à vida cotidiana das pessoas.

O conhecimento geográfico é presente em grande parte de nossas ações. A primeira observação é a identidade de cada indivíduo pois, sendo o homem o principal agente do espaço geográfico, ei-lo como ator fundamental das variáveis tempo e espaço. Portanto:

O espaço geográfico é historicamente produzido pelo homem enquanto organiza econômica e socialmente sua sociedade. A percepção espacial de cada indivíduo ou sociedade é também marcada por laços afetivos e referências socioculturais. Nessa perspectiva, a historicidade enfoca o homem como sujeito construtor do espaço geográfico, um homem social e cultural, situado para além e através da perspectiva econômica e política, que imprime seus valores no processo de construção de seu espaço. (BRASIL, 1997, p.109-110)

Uma consideração importante neste momento refere-se ao conceito de espaço, mas não como variável da ciência geográfica. Vamos tratá-lo aqui como elemento que subsidia e consubstancia o ambiente da formação do futuro professor.

Como se caracteriza seu espaço? De que maneira é constituído? Como está organizado? Quais são os critérios considerados para sua sistematização?

Infelizmente percebemos que a sistematização praticamente não existe em nossas unidades escolares. Por mais que os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) estejam em vigor para viabilizar a execução de um currículo capaz de assegurar o desenvolvimento de um conteúdo mínimo a ser trabalhado em cada série e/ou ano, nível e/ou modalidade de ensino.

É neste contexto que as grandes lacunas do sistema educacional se consolidam.

A grande extensão territorial brasileira pode ser tomada como um fator de destaque para a ocorrência de dificuldades no enfrentamento desta situação. Sendo um país de dimensões continentais, o Brasil apresenta diversidades regionais pontuais, aspectos culturais notórios e riquíssimos e, ainda, localidades de difícil acesso que inviabilizam tanto o cadastramento em sensores oficiais quanto a submissão ao “trabalho educativo oficial”.

Perspectivas como esta são, infelizmente, desanimadoras. São, certamente, faces de uma realidade que não é atrativa a futuros profissionais. São critérios que delimitam ações, impedem inovações e paralisam possibilidades de transformações.

A formação de professores implica, sobretudo, uma boa prática pedagógica por parte dos professores universitários.

Encarregados pelo desenvolvimento das habilidades e competências dos futuros educadores, os docentes que atuam no Ensino Superior são responsáveis pela formação da principal profissão que deve ser compreendida como base para todas as outras.

Quando se questiona a formação dos professores de Geografia, é notória a principal observação realizada: há professores devidamente capacitados para ensinarem verdadeiramente o conhecimento geográfico.

Segundo Souza apud Pontuschka e Oliveira (2010, p. 261-262):

A formação dos professores – e, nesse sentido, a nossa atuação no ensino superior nos mostra isso com clareza – repousa sobre chavões e procedimentos que não trazem os ideais da interdisciplinaridade. Por conta disso, nossos professores pensam a interdisciplinaridade em torno de algumas “fórmulas mágicas” rotuladas como “centros de interesses”, “temas

geradores”, e outros que acabam culminando em algumas práticas forçadas e contextualizadas.

As reflexões de Souza (op. Cit.) nos propõe uma análise sobre a nossa prática enquanto docentes atuantes no Ensino Superior.

Sabemos que o conhecimento veiculado no mundo acadêmico tem sua credibilidade consolidada no tripé ensino-pesquisa-extensão. Sabemos também que somos – ao assumirmos a condição de docentes do Ensino Superior – responsáveis pela formação de futuros profissionais da educação que então, atuarão diretamente na Educação Básica. E nesta perspectiva resta-nos compreender que todo esse universo deveria estar conectado diretamente à pesquisa educacional e ser aplicado à população por meio de projetos de extensão. Mas sabemos também que há muitas dificuldades a serem superadas para que essa atual condição seja revertida.

Tomando como base Morin, temos a certeza de que um currículo fragmentado não corresponde à lógica atual do sistema educacional brasileiro e até mesmo de outras realidades. E esta afirmação vale para quaisquer disciplinas. Porém, considerando como nosso foco de estudo a Geografia, a evidente incompreensão da interdisciplinaridade como condição fundamental para o exercício da prática pedagógica torna inviável a concretização de um ensino significativo.

Um fator que merece amplo destaque e a incapacidade de interpretação textual de muitos docentes. É possível afirmar que houve grande incompreensão sobre as orientações fornecidas para a realização do trabalho pedagógico fundamentado nos Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 1997).

Em linhas gerais, podemos verificar que o referido documento confirma de forma precisa a necessidade do trabalho interdisciplinar:

Continua sendo papel fundamental do professor considerar os conhecimentos que os alunos já possuem para planejar situações de ensino e aprendizagem significativas e produtivas. Para isso, é preciso conhecer propostas, de modo a aperfeiçoar a ação pedagógica. A interface com as demais disciplinas também deve ser observada, de modo a proporcionar estudos mais complexos sobre um tema cuja compreensão, por parte dos alunos, tanto a Geografia, como a História, as Ciências, a Arte e a Matemática podem ampliar, por meio de suas abordagens e explicações. (BRASIL, 1997, p.143)

O conhecimento é, na realidade, único. Os currículos escolares e programas de ensino acabam fragmentando-o, tornando-o multifacetado e, por este motivo, incompreensível.

Esta incompreensão, por sua vez, gera um ensino improdutivo e desqualificado, aulas ministradas por docentes mal formados e que, por este motivo, caracterizam-se como aulas enfadonhas, que não atraem os alunos e pouco oferecem como saber legitimado.

Tanto a Geografia como as demais disciplinas integram todo o saber erudito, construído e acumulado historicamente. Assim, é fácil compreender que em nosso cotidiano o saber legitimado que Michel Apple denominou como “conhecimento oficial” é parte integrante de nossa realidade.

Se destinarmos parte de nossa atenção às atividades rotineiras de nosso cotidiano, verificaremos com clareza várias situações nas quais os conteúdos considerados mais incompreensíveis e “desagradáveis” por nossos alunos são presentes de forma incontestável:

- a) Se nos dispomos a fazer um café, seja com o uso de métodos tradicionais ou com o uso de métodos modernos que apropriam-se da tecnologia, temos a presença de um procedimento que considera a filtração, presente no conteúdo da disciplina Química;
- b) Nosso dia é todo organizado em atividades que são previamente agendadas, sempre em horários diferenciados. Temos o hábito de utilizarmos expressões como “meio dia”, “quinze

para uma”, e não percebemos que estamos a todo momento empregando números fracionários, conteúdo da disciplina Matemática;

- c) Chegamos em nosso local de trabalho e comentamos com nossos colegas uma notícia que nos permite uma análise crítica da situação política atual em comparação com aspectos históricos, cujo processo resulta na condição observada nas crises sociais. Assim, temos em nossa atividade cotidiana a possibilidade de nos localizarmos no tempo cronológico, compreendendo e potencializando conteúdos pertinentes à disciplina História;
- d) Para chegar ao local de trabalho onde comentamos a notícia com nossos colegas realizamos um trajeto. Para tanto, traçamos mentalmente nosso caminho, ou seja, realizamos um mapeamento. Trata-se, simplesmente, de uma atividade que exige domínio do conhecimento cartográfico e, portanto, refere-se ao conteúdo da disciplina Geografia.

Estes são apenas alguns dos inúmeros exemplos que nos permitem confirmar tanto a presença dos conteúdos curriculares em nosso cotidiano quanto da própria interdisciplinaridade.

Considerar a presença da interdisciplinaridade significa permitir-se conhecer, aceitar e empregar o “novo” em sala de aula.

Costumeiramente o conteúdo referente ao novo é associado – erroneamente – apenas àquilo que é caracterizado pela tecnologia. Considera-se novo o material didático que é constituído por aulas elaboradas em slides com ou sem efeitos de transição, por exemplo. Mas, infelizmente, são raros os professores capazes de utilizarem um fragmento literário como “ponto de partida” para a realização de uma aula de Geografia. E, neste contexto indiscutivelmente, encontra-se a interdisciplinaridade.

Não aprendemos a utilizar tais estratégias se não nos aventurarmos a explorar o universo d prática pedagógica munidos de apenas uma certeza: queremos nos tornar educadores.

Infelizmente não encontramos o suporte necessário no mundo acadêmico no momento em que buscamos consolidar nossa formação. Somos submetidos à obtenção do conhecimento via especialistas que raramente conheceram a prática pedagógica junto à uma sala de aula da Educação Básica. A intensa exigência por pesquisa e posteriores publicações como ato válido para comprovação de sua capacidade intelectual e sua produção acadêmica fazem do docente atuante no Ensino Superior um profissional cuja atuação limita-se à universidade. O regime de trabalho das universidades públicas exigindo dedicação exclusiva impõe barreiras à ampliação de suas ações. É necessário priorizar a pesquisa, realizar o ensino e, encaixar entre uma orientação e outra, um projeto de extensão geralmente com número de vagas destinadas aos participantes limitadas.

Geralmente, os docentes do Ensino Superior que atuam nas instituições privadas de ensino não são considerados “tão” capazes quanto os docentes que atuam na universidade pública.

Porém, minha experiência expressa o contrário. Posso afirmar que atuo num ambiente propício ao ensino e aos projetos de extensão, cuja atividade em pesquisa caminha progressivamente ao longo dos anos.

Atuando no curso de Pedagogia, junto aos demais colegas de trabalho formamos um corpo docente constituído por mestres e doutores e apresentamos um grande diferencial: a maioria de nós atua, simultaneamente, em sala de aula. Esta “dose extra” de experiência permite-nos levar aos alunos nossas percepções e experiências sobre os compassos e descompassos identificados na dicotomia teoria e prática, enriquecendo nossos debates acadêmicos e fomentando novas buscas.

Para ensinar é preciso dominar o conhecimento. Mas, para ensinar de forma significativa, não basta dominar o conhecimento. É necessário saber apropriar-se do conhecimento para “dominar”, posteriormente, o mundo. Relacionando tal afirmação com o conhecimento geográfico, somos capazes de conhecer de conhecer o mundo e oferecer este conhecimento para nossos alunos de forma significativa em sala de aula.

Não aprendi isso em minha formação acadêmica, mas em minha experiência enquanto docente em sala de aula tanto no Ensino Fundamental quanto no Ensino Superior.

Trabalhando os conteúdos da disciplina Geografia com as crianças tive a oportunidade de verificar na prática o que muitos especialistas buscam definir no decorrer de longos períodos de dedicação à pesquisa. Um conceito que vale ser ressaltado neste momento é o conceito de espaço.

Não é o objetivo deste artigo abordar ou mesmo discorrer teoricamente sobre o conceito de espaço (geográfico), mas entre inúmeras definições, uma das possíveis formas de compreensão sobre o espaço geográfico a ser trabalhada e aprofundada com os alunos em diferentes níveis ou modalidades de ensino foi selecionada para subsidiar a análise até aqui apresentada:

Em realidade o espaço organizado pelo homem desempenha um papel na sociedade, condicionando-a, compartilhando do complexo processo de existência e reprodução social. (CORRÊA apud CASTRO, GOMES, CORRÊA, 2010, p. 28)

Vivemos, habitamos e atuamos de forma ininterrupta, construindo e reconstruindo o espaço geográfico. E somos tão humanos quanto nossos alunos. Ou seja, nos enquadrados na mesma categoria sejamos educandos ou educadores: somos indivíduos.

Ocupamos de forma significativa um lugar no espaço. Habitamos o espaço. Mas qual é o nosso espaço? Se considerarmos a situação de ensino e aprendizagem, este espaço geográfico organizado pelo homem é a sala de aula.

Trataremos agora de duas vertentes sobre este “recorte” do espaço geográfico: a sala de aula do Ensino Fundamental e a sala de aula do Ensino Superior.

A primeira constitui as séries iniciais (1.º ao 5.º anos) do Ensino Fundamental de 9 anos que passou a vigorar reformulando toda a estrutura do sistema educacional brasileiro.

O trabalho desenvolvido neste contexto considera, principalmente, a identidade do aluno e seu reconhecimento no espaço. Muitas são as estratégias possíveis de aplicação e, entre elas, podemos tomar como referência os objetivos de Geografia para o primeiro ciclo expressos nos Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 1997, p. 130):

- reconhecer, na paisagem local e no lugar em que se encontram inseridos, as diferentes manifestações da natureza e a apropriação e transformação dada pela ação de sua coletividade, de seu grupo social;
- conhecer e comparar a presença da natureza, expressa na paisagem local, com as manifestações da natureza presentes em outras paisagens;
- reconhecer semelhanças e diferenças nos modos que diferentes grupos sociais se apropriam da natureza e a transformam, identificando suas determinações nas relações do trabalho, nos hábitos cotidianos, nas formas de se expressar e no lazer;
- conhecer e começar a utilizar fontes de informação escritas e imagéticas utilizando, para tanto, alguns procedimentos básicos;
- saber utilizar a observação e a descrição na leitura direta ou indireta da paisagem, sobretudo por meio de ilustrações e da linguagem oral;

- reconhecer, no seu cotidiano, os referenciais espaciais de localização, orientação e distância de modo a deslocar-se com autonomia e representar os lugares onde vivem e se relacionam;
- reconhecer a importância de uma atitude responsável de cuidado com o meio em que vivem, evitando o desperdício e percebendo os cuidados que se deve ter na preservação e na manutenção da natureza.

Tendo em vista tais orientações, nos encontramos à guisa de conclusões positivas: as diretrizes fornecidas pelos PCNs (op. Cit.) são capazes de assegurar a realização de uma prática pedagógica significativa, adequada à realidade e, principalmente, integrada às demais disciplinas dos currículos escolares e programas de ensino.

A segunda vertente, que configura o Ensino Superior, complementa a primeira tanto no tocante à sua presença como parte integrante dos planejamentos escolares quanto na perspectiva apresentada nos objetivos dos documentos oficiais: a sala de aula do Ensino Superior é um recorte do espaço geográfico onde temos a possibilidade de levar ao conhecimento do futuro educador as principais “ferramentas” para o trabalho futuro bem como indicar-lhes a persistência como principal meio para seguirem em busca do novo que fora apontado anteriormente como principal característica do conteúdo a ser trabalhado.

Formar professores é uma tarefa desafiadora. É necessário saber articular elementos teóricos e práticos que consubstanciem a compreensão dos referenciais selecionados para a fundamentação teórica com as situações cotidianas que constituem a prática pautada nas experiências cotidianas reais. Entre teoria e prática não pode prevalecer o assincronismo que prevalece nas instituições de ensino no momento de implantação de novas propostas pedagógicas.

Se o estabelecimento de vínculos entre educador e educando tornar-se uma realidade nos diferentes níveis e modalidades de ensino teremos um primeiro passo para que as imensas barreiras criadas sejam rompidas e, então, o tripé ensino-pesquisa-extensão torne-se a realidade necessária para a reversibilidade da situação atual da educação brasileira.

REFERÊNCIAS

BRASIL. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL. **Parâmetros Curriculares Nacionais: história, geografia**. Brasília: MEC/SEF, 1997.

CASTRO, I. E. de; GOMES, P. C. G. da; CORRÊA, R. L. (orgs.) **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

PONTUSCHKA, N. N.; OLIVEIRA, A. U. de. (orgs.) **Geografia em perspectiva: ensino e pesquisa**. São Paulo: Contexto, 2010.